

# CONEXÃO ENTRE AS TEORIAS DE REDES E AS REDES SOLIDÁRIAS

## CONNECTION BETWEEN NETWORK THEORIES AND SOLIDARY NETWORKS

Alcidir Mazutti ZANCO\*  
Fábio CORBARI\*\*  
Adilson Francelino ALVES\*\*\*

**Resumo:** Esse ensaio teórico tem o objetivo de discutir a conexão entre as teorias de redes e as práticas presentes nas redes de Cooperativas da Agricultura Familiar, problematizando as diferenças perceptíveis entre a teoria e a prática deste segmento organizativo, fundamentando-se nas potencialidades e dificuldades encontradas pela Agricultura Familiar para organizar-se em redes de cooperação territoriais e verificando as contribuições que a TAR – Teoria do Ator Rede apresenta a este segmento organizativo. A investigação é realizada em redes de cooperativas agropecuárias, reafirmando a importância das redes para o desenvolvimento das economias locais e para o empoderamento dos actantes da Agricultura Familiar.

**Palavras-chave:** Redes; Centrais de Cooperativas; Agricultura Familiar.

**Abstract:** This theoretical essay has the objective of discussing the connection between network theories and practices present in the Cooperatives of Family Agriculture networks, problematizing

### Introdução

O Capitalismo neoliberal alimenta-se da concorrência comercial e força as empresas a se tornarem competitivas, exigindo permanentes esforços de adaptação (BRAGA, 1999). A adaptação a este ambiente é facilitada com a realização de alianças organizacionais. Parcerias e redes constituem-se como uma alternativa para o fortalecimento institucional e aumento da competitividade, em especial para micro, pequenos e médios empreendimentos. Essa situação é verificada com maior amplitude nas Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, iniciativas ancoradas no apelo social e na união entre as

\* Graduado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia Matter Ecclesie (IFITEME). Graduado em Teologia pela Faculdade Jesuíta. Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: alcidirmz@yahoo.com.br

\*\* Engenheiro Agrônomo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável (UNIOESTE). E-mail: fabio.corbari@hotmail.com

\*\*\* Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável na UNIOESTE. Pesquisador do Grupo de estudos Territoriais (GETERR); do Instituto de Pesquisa em Riscos e Sustentabilidade (IRIS) e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Rural (DERU). E-mail: adilsonfalves@gmail.com

the perceptible differences between theory and practice of this organizational segment, based on the potentialities and difficulties encountered by the Family Farming to organize in territorial cooperation networks and verifying the contributions that TAR - Actor Network Theory presents to this organizational segment. Research is carried out in networks of agricultural cooperatives, reaffirming the importance of networks for the development of local economies and for the empowerment of family agriculture actants.

**Keywords:** Networks; Cooperative Centers; Family farming.



pessoas para construção de alternativas para maior agregação e dinamização socioeconômica.

As redes surgem entre diferentes tipos de organizações que reconhecem na cooperação uma estratégia para aumentar a competitividade pelo compartilhamento de informações, marketing, tecnologia, oportunidades e riscos. Essas alianças se concretizam sob as mais diferentes formas que vão desde acordos informais, redes de cooperativas até fusões empresariais, dependendo das intenções e objetivos almejados. De acordo com Braga (1999), por meio de redes, as empresas potencializam suprimentos, além de incrementar o acesso a novos mercados.

As redes de cooperativas da Agricultura Familiar geralmente são articuladas com abrangência territorial (UNICAFES, 2017), sendo fundamental compreender o conceito de redes e território, pois estes conceitos podem ser entendidos sobre várias perspectivas. No campo econômico, as corporações se articulam em redes convencionais cada vez mais integradas para exercer o controle sobre territórios. No campo social as redes se articulam em torno dos territórios para somar forças produtiva e representativa, sendo importante qualificar a compreensão sobre práticas territoriais de organização (RAFFESTIN, 1993).

Segundo Santos (1999), a palavra rede teria vindo da Química, com Lavoisier, na passagem do século XVIII para o XIX onde se ressaltava o caráter

de articulação e interdependência dos elementos. A partir da revolução dos meios de transporte e comunicação o conceito passou a ser empregado com mais frequência por diversos espaços e segmentos. A rede é “um conjunto de nós interconectados” (CASTELLS, 2003, p. 566).

Para Santana (2004) as redes podem ser materiais ou imateriais. As primeiras compostas de pessoas, mercadorias, matérias-primas. As segundas relacionadas aos fluxos de informações e/ou ordens. Ao mesmo tempo em que a rede faz parte do espaço e serve de suporte a este. Ribeiro (2001) destaca três tipos de redes: a) Rede de distribuição: voltada para a distribuição de bens e serviços; b) Rede de produção: composta de fluxos de matérias-primas, bens intermediários e/ou produtos finais; c) Rede de gestão ou decisão: papel gestor, formando redes estratégicas onde circulam informações e ordens.

Conforme Santos (1999), podem ser classificados diversos tipos de redes, pelas quais os atores conectam espaços em escala mundial, nacional e local. Estas redes geralmente são controladas por atores hegemônicos que tentam impor a fluidez no espaço através de uma racionalidade técnica e informacional. Diante amplitude da compreensão de redes neste ensaio nos concentramos nas redes de cooperativas, iniciativas geralmente articuladas territorialmente. Para Claude Raffestin (1993) o território é um espaço político de um ou mais atores mediatizados pelas relações de poder. O território possui superfícies (tessituras), pontos (nós) e redes. Estes três sistemas permitem a integração e a coesão dos territórios.

Aas redes de cooperação dos Agricultores Familiares, geralmente são formadas por iniciativas de pequeno porte que normalmente enfrentam maiores dificuldades de comerciais, dadas as suas limitações em termos de recursos e capacidades, limites que ratificam a importância de processos organizacionais, envolvendo inovação produtiva, organizativa e comercial rumo a maior consolidação deste segmento (UNICAFES, 2017).

Compreender os resultados, que essas redes proporcionam aos seus participantes é fundamental para avaliar a efetividade da própria forma organizacional em rede. Além disso, através do conhecimento dos resultados esperados e realizados por estas redes, gestores têm melhores condições de modificar as estratégias utilizadas, visando ao alcance de melhores resultados. Com base nessa contextualização, a presente pesquisa, focada na conexão entre os conceitos da TAR e das Redes de Cooperativas, tem por objetivo identificar pontos que podem inseridos na construção das redes de Cooperação da Agricultura Familiar, pois mesmo com todas as premissas positivas presente nas redes, grande parte deste segmento atua de forma isolada, limitando suas potencialidades.

## Redes organizacionais

Etimologicamente, o termo “rede” é derivado do latim “rete: rede ou teia” e descreve um conjunto entrelaçado de fios, cordas, teias... Fixado por malhas e nós, formando uma espécie de tecido aberto com possibilidade de construção contínua e progressiva. A partir deste conceito, a palavra “rede” foi utilizada por diversas áreas do conhecimento: sociologia, antropologia, psicologia, para explicar diversas situações. Assim sendo, qualquer organização pode ser construída, entendida e analisada como uma rede de múltiplas relações, tanto intra organizacionais, como inter organizacionais (CASTELLS, 2003).

A análise de redes sociais surgiu como uma técnica chave na sociologia moderna. O conceito surgiu na sociologia e na antropologia social. No final do século XX, o termo passou a ser olhado como um novo paradigma das ciências sociais, sendo aplicado e desenvolvido no âmbito de diversas disciplinas.

Em teoria, na estrutura das redes, os atores sociais se caracterizam mais pelas suas relações do que pelos seus atributos (gênero, idade, classe social). Estas relações tem uma densidade variável, apontando a existência de laços e buracos estruturais onde se encontram os atores (CASTELLS, 2003). Os diferentes níveis de ligação existente entre os atores podem ajudar a compreender os limites e potencialidades presentes nas redes de cooperação da Agricultura Familiar.

Para Mance (2002) a construção de uma rede social deve considerar alguns elementos fundamentais: Valores e objetivos compartilhados; Autonomia; Vontade; Multi liderança; Descentralização; Participação coletiva. A partir destes elementos o conceito de rede vem sendo idealizado como um “formato organizacional democrático e participativo”, no qual as relações interinstitucionais se caracterizam pela não centralidade organizacional e pela não hierarquização do poder, tendenciosas à horizontalidade, complementaridade e abertas ao pluralismo de ideias e à diversidade cultural.

As redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa, em torno de causas afins. As dinâmicas de trabalho das redes supõem atuações colaborativas em estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente, numa forma de organização democrática constituída de elementos autônomos interligados de maneira horizontal e que cooperam entre si fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em conjunto (MANCE, 2002). As redes organizacionais podem ser classificadas de diversas formas, podendo ser organizadas pelas estruturas, modos de se relacionar, hierarquia de poder, territorialidade e objetivos. Conforme CASTELLS (1999) a discussão sobre “redes” é realizada a partir de duas linhas básicas de pesquisa:

## As redes sociais e os atores

O primeiro conceito de redes sociais que se tem referência foi proposto por Barnes (1954, p.44) como “um conjunto de pontos, alguns dos quais são unidos por linhas”, sendo os pontos as pessoas e as linhas a representação de suas interações. A partir de então, outros estudos passaram a utilizar a abordagem das redes para analisar grupos sociais. CASTELLS, 2003 definiu redes como unidades sociais que mantêm o contato entre seus indivíduos e outros grupos por “padrões voluntários, recíprocos e horizontais de comunicação e troca”.

Castells (2003), destacando o papel da revolução tecnológica na transformação social fez emergir as redes como elemento indispensável para a disseminação do conhecimento. O autor ressalta a importância dos nós no funcionamento de toda rede. Ao declarar que “uma rede é um conjunto de nós interconectados” (CASTELLS, 2003, p. 3), enfatiza o valor dos atores na construção e manutenção das redes, destacando a contribuição dos atores na distribuição das informações e na construção do conhecimento com eficiência.

Acioli (2007) distingue os atores de uma rede em três grandes grupos: nós ativos, nós focais e nós isolados. Os primeiros são caracterizados pelas iniciativas de comunicação que frequentemente alimentam a rede, tornando-se os grandes influenciadores dos demais participantes. Já os nós focais são os atores que recebem os maiores fluxos de informação na rede, constituindo-se os alvos das mensagens disseminadas. Por fim, os nós isolados são os participantes passivos da rede, que apenas acompanham as informações.

## A teoria Ator-Rede

A Teoria Ator-Rede (TAR) foi desenvolvida principalmente por Bruno Latour (1994, 1998, 2000, 2001), Michel Callon (2003) e John Law (1986). Estes autores defendem a noção de que uma rede de atores é composta de elementos heterogêneos conectados, sejam eles humanos ou não humanos. As entidades das quais ela é composta podem a qualquer instante redefinir sua identidade, fornecendo elementos para a rede, com conexões capazes de produzir mudança, na medida em que os elementos presentes se articulam e se afetam mutuamente.

O início da Teoria Ator-Rede se deu no campo da sociologia, da ciência e da tecnologia. Os autores já citados argumentavam que o conhecimento é um produto social e não algo produzido através da operação de um método científico privilegiado. Esse comportamento emergente e aproxima da ideia de que o conhecimento é um produto social, que acontece na interação tanto social quanto

com os objetos técnicos sendo um produto ou efeito de uma rede de materiais heterogêneos (CÂNDIDO, 2002).

Latour (2001) entende que as redes são formadas por atores humanos e não-humanos, que não separam a história social da história da natureza e que não deve distinguir o que é social e do que é técnico. Uma “rede sociotécnica” se configura, portanto, como uma rede social de elementos materiais e imateriais, onde os conhecimentos tecnocientíficos são indissociáveis das interações sociais e técnicas; são, portanto, frutos da construção de um coletivo. Conceber humanidade e tecnologia como polos opostos é, com efeito, descartar a humanidade: somos animais sociotécnicos (LATOURE, 2001, p. 245).

Para Latour (2001) geralmente não estamos aptos a detectar a complexidade da rede. Normalmente essa se apresenta como um bloco organizado que tende a não se mostrar aos nossos olhos. Para o teórico, não existe uma ordem social única, com padrões definidos e relações estáveis, o que existe é um conjunto de ordens e resistências. Isso significa que a ordem social vigente é contestável, fato que implica diretamente na concepção de redes presente no Cooperativismo.

Uma organização de rede pode ser vista como um conjunto de estratégias, que opera para gerar configurações de durabilidade, mobilidade, sistemas de representação e mercados. Configurações que tem o efeito de gerar as assimetrias centro-periferia e as hierarquias características das organizações formais.

Um dos principais desafios das redes é compreender seus atores. Latour (2004, p. 397) afirma que a Teoria Ator-Rede consiste em “seguir as coisas através das redes em que elas se transportam e descrevê-las em seus enredos”. Esse processo de conexão com as redes permite maior reconhecimento da malha presente nas organizações. Complementando a noção de rede, Law (2003) comenta que um dos argumentos dos autores da Teoria Ator-rede é de que o social não é nada mais do que redes de certos padrões de materiais heterogêneos.

O homem às vezes não tem consciência das redes que existem por trás de objetos cotidianos e dele mesmo. Como exemplo, tem-se o aparelho de televisão, que para o usuário parece algo simples e de poucos componentes, mas que, após um defeito, transforma-se em uma rede que envolve os componentes físicos, eletrônicos e humanos (Law, 2003). Diante da complexidade da teoria para Latour (2004, p. 370), “somente podem denominar-se atores aqueles que o são; sua competência se deduz de seus desempenhos”.

No contexto das organizações o distanciamento das pessoas das redes limita os avanços sociais e econômicos. Os limites nas relações com os atores podem ser considerado o principal desafio a ser vencido pelas redes de cooperação. Para

Latour (1999, p. 19), “os atores sabem o que fazem e nós temos que aprender com eles não apenas o que eles fazem, mas também, como e por que fazem determinadas coisas” para assim reprogramar a rede que fazem parte e buscar novas formas de integração os actantes.

As redes de cooperativas são formadas por pessoas que se associam em nível local ou regional. Todas as pessoas, independente do seu grau de envolvimento são consideradas parte da rede, atores. Neste meio é importante perceber a noção de actante destacada por Latour e a forma como actantes se conectam. Para Latour (2001) são os “actantes” que possuem a propriedade de produzir efeitos na rede, de ser “actante”.

Os actantes produzem efeitos na rede. Modificam e são modificados por ela, são estes elementos que devem fazer parte de uma descrição que se propõe trabalhar com a TAR. A percepção destes actantes só é reconhecida com o acompanhamento dos seus movimentos na rede. A noção de rede remete a fluxos, circulações, alianças, deslocamentos, nas quais os actantes envolvidos interferem e sofrem interferências (LATOURE, 1999).

Os atores estão constantemente imersos em redes sociais formadas por elementos materiais ou imateriais. O conhecimento ou fato científico nasce a partir das interações entre elementos e atores dentro dessas redes heterogêneas, sendo papel dos atores, alinhar elementos para fabricação de fatos. A única maneira de definir um ator é por intermédio de sua atuação (LATOURE, 2001, p. 143).

## Redes de cooperação solidária

A Economia Solidária é uma estratégia de desenvolvimento posta como alternativa ao capitalismo, tendo como princípios a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002). As redes solidárias são iniciativas que integram empreendimentos que agem de acordo com os princípios e diretrizes da Economia Solidária. Para o cumprimento dos seus objetivos as redes constroem iniciativas de cooperação e intercâmbio com outras unidades produtivas, além de parcerias com distintos setores da sociedade. Uma estratégia para potencializar conexões já existentes e integrar a produção comercialização, financiamento, consumo e outras organizações populares em um movimento de realimentação.

A cooperação como forma de organização pode ser encontrada em todas as formas sociais, modo de produção comunal primitivo, escravista feudal, capitalista e socialista. Conforme Mance (2002) as ações coletivas são presentes em todas as fases da humanidade. A capacidade intelectual humana permitiu a formulação

de normas de conduta social e homologou o surgimento de instituições regulares de condutas. Em 1844 surgiu formalmente a primeira cooperativa conhecida como *Probos de Rochdale* responsável pela construção dos princípios morais que são considerados até hoje como base do cooperativismo (BIALOSKORSKI, 2006).

Entre os sete princípios cooperativos definidos, a intercooperação é um dos que podem agregar para o sistema, pois visa estimular as cooperativas a trabalharem em conjunto. A intercooperação, após a formação da cooperativa é considerada passo chave para as cooperativas se organizarem e contribuírem entre si e também com empresas do mercado e tem como objetivo favorecer o negócio da cooperativa em prol dos associados. As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais e nacionais (MDA, 2016).

A intercooperação deve começar pela base, com relações horizontais, âmbito em que as entidades cooperativas de primeiro piso, de diferentes ramos, operam entre si. A intercooperação também é percebida no relacionamento entre cooperativas de um mesmo ramo. Essa cooperação faz-se necessária quando o associado ou usuário está em deslocamento, tem atividades ou necessita de serviço fora da área de ação da cooperativa a que é vinculado (BIALOSKORSKI, 2006).

## Intercooperação entre redes

No Brasil, de acordo com a Lei 5.764/71 existe o que pode ser chamado de modelo hierárquico piramidal de organização cooperativa. Esse artifício permite a viabilização do ato cooperativo (artigo 79), dividindo as cooperativas em três modalidades: Cooperativas singulares, centrais ou federações e confederações. No plano da integração vertical, as cooperativas se organizam em entidades de segundo grau (centrais/federações) e, pela reunião de centrais/federações, de terceiro grau (confederações), compondo uniões orgânicas e sistêmicas.

A Lei observa que para a constituição de uma cooperativa, é necessário um número mínimo de componentes. Com exceção das cooperativas de trabalho que hoje são 07 componentes, as demais exigem o mínimo de 20 pessoas físicas. Para a constituição de uma Cooperativa Central ou Federação, a exigência mínima é de três cooperativas singulares. Para a constituição de uma confederação a exigência é de três cooperativas centrais ou Federações. Cada uma destas com objetivos complementares (Art. 8º, Lei nº 5.764 /71).

A cooperativa singular visa representar e fomentar o desenvolvimento de seu quadro social. A cooperativa central/federação visa potencializar as relações dos

atos cooperativos, bem como fomentar o desenvolvimento de suas cooperativas singulares filiadas. Já a confederação busca representar suas cooperativas centrais perante o poder público, órgãos de governo e demais entidades.

A intercooperação é um dos principais caminhos para o fortalecimento do cooperativismo. Uma das tendências do cooperativismo contemporâneo é a formação de redes cooperativas, que tratam a intercooperação como ação estratégica para o futuro do negócio. Um dos maiores exemplos da formação de redes é a Corporação de MONDRAGÓN, que é formada por um complexo de cooperativas de produção industrial e serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas focadas no desenvolvimento de tecnologias (MDA, 2016; 2007).

As redes podem ser um modelo eficiente de intercooperação. Bialoskorski (2003) destaca que a rede de cooperativas de Agricultores Familiares tem como objetivo o fortalecimento dos sistemas produtivos. Com a cooperação os cooperados de pequeno porte enfrentam problemas de falta de assistência técnica, dependência excessiva das agroindústrias e limitações de produção. Neste caso a rede representa a unificação dos associados, fortalecendo todos em um só negócio e proporcionando melhorias na qualidade de vida dos cooperados.

## Redes de cooperativas da agricultura familiar

No Brasil as redes de cooperativas da Agricultura Familiar são vinculadas a UNICAFES – União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Essa organização entende que as cooperativas solidárias se configuram como um instrumento importante para se alterar o ambiente social e econômico de todas as regiões do Brasil. Conforme Mance (2002) esse modo de organizar e praticar o cooperativismo fortalece o desenvolvimento sustentável e solidário, articulando iniciativas econômicas que ampliam as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos e melhoria de qualidade de vida.

Para fortalecimento do quadro social, a UNICAFES desenvolve mecanismos para aprofundamento e consolidação dos princípios e diferenciais do cooperativismo solidário, com destaque para manutenção das estratégias fundacionais que marcaram o surgimento deste modelo de organização. As diretrizes deste regimento serão bases orientadoras para ações dos diversos ramos cooperativos, e, são inseridas nas estratégias de ação das cooperativas associadas e das centrais, fundamentando a relação entre os ramos cooperativos e as diretrizes defendidas pelo Cooperativismo Solidário (UNICAFES, 2017).

Para estruturação de processos do desenvolvimento social e econômico a UNICAFES desenvolve iniciativas para o aprimoramento da gestão das cooperativas e redes associadas, buscando manter estreita relação de parceria com movimentos sociais, sindicatos e outras organizações que atuam em prol da Agricultura Familiar e Economia Solidária no País, provocando articulação e defesa de pautas estratégicas (UNICAFES, 2017).

Neste meio as redes são instrumentos de organização, fomento e gerenciamento das iniciativas locais, firmando acordos de cooperação técnica e financeira para o fortalecimento de suas associadas, assim como garantindo a defesa de pautas institucionais, para a construção, gestão técnica, financeira e operacionalização de projetos de fomento ao cooperativismo solidário, sendo prioritários projetos que fomentem a organização, fortalecendo processos de gestão e aprimoramento para acesso ao mercado.

Na sua compreensão de redes a UNICAFES defende que o Cooperativismo Solidário brasileiro deve se expandir fortalecendo suas estruturas de acordo com os princípios da horizontalidade e da verticalidade. Entende-se que, no aspecto horizontal, as organizações cooperativistas devem preservar ampla base social mediante a formação de singulares e postos de atendimento de porte adequados a gestão pelos associados. Os aderentes de um sistema cooperativo precisam atuar em conformidade com a missão, princípios, estratégias e modelos de governança aprovados de forma participativa ampliando a autonomia para o desenvolvimento de estratégias para maior consolidação da base social (UNICAFES, 2017).

Num sistema cooperativo solidário a participação de cada membro é muito importante, de modo que, sempre que possível, as decisões são pautadas pela busca do consenso e não por decisões obtidas por meio da maioria numérica. Caberá às redes fortalecer a interação entre as cooperativas de base e o modelo de organização defendido pelo cooperativismo solidário, com execução de dinâmicas e estratégias aprovadas pelas instâncias deliberativas promovendo complementaridade entre as iniciativas (UNICAFES, 2017).

## Estratégias de redes da UNICAFES

O Cooperativo Solidário se constitui para promoção do desenvolvimento social e econômico da Agricultura Familiar e Economia Solidária, fundamentando-se num conjunto de diretrizes geradoras de ambiente adequado para consolidação das cooperativas, destacam-se diretrizes ideológicas e operacionais que norteiam as cooperativas (UNICAFES, 2013):

I - Organização social: Estimular o crescimento e fortalecimento do cooperativismo por meio do investimento social, econômico, cultural e ambiental, pautados no desenvolvimento do ser humano, fortalecendo espaços de participação na cooperativa, oferecendo condições para que o quadro social exerça o poder de autogestão nos espaços políticos, administrativos, estratégicos, operacionais e cargos estatutários das cooperativas, centrais e Federações. Valorizando de maneira diferenciada nos processos eletivos, lideranças que vivenciam a Agricultura Familiar; Fortalecendo práticas de transparência nas diversas instâncias do cooperativismo, garantindo exercício de valores éticos e democráticos.

II - Desenvolvimento local: Promover desenvolvimento local sustentável com estratégias de fortalecimento e organização de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia solidária com abrangência e controle local, focadas nas relações de proximidade, estimulando a horizontalização e a implementação de mecanismos permanentes de combate á desigualdade social, estabelecendo relações de parceria com os poderes públicos e privados, mas sempre garantindo a autonomia e o empoderamento das pessoas.

III - Organização em Rede: Fortalecer a organização e gestão local com estratégias para articulação em redes territoriais, constituindo normativas democráticas de acesso ao conhecimento em práticas sociais, culturais, econômicas e políticas, com definições e execução de diretrizes e serviços a serem implantados nas singulares e centrais de forma unificada, viabilizando melhores condições para realização de serviços e viabilizando o desenvolvimento de projetos territoriais de agroindustrialização e acesso aos mercados.

O Documento Base do Vº Congresso da UNICAFES (2017), afirma que “um aspecto fundamental que caracteriza o Cooperativismo Solidário é a sua opção pela gestão local articulada através da estruturação em rede”. Tal escolha pressupõe a construção das grandes diretrizes norteadoras da ação a partir de formulação de consensos que se formam de baixo para cima e contam com ativa participação dos atores. Destacam-se artigos sobre redes:

Art. 53 - Por sua natureza jurídica e pela construção de princípios capazes de incorporar um papel social, político e econômico, as cooperativas se constituem a forma mais viável para centralizar as ações de compra e venda em maior escala e apoiar, nestas atividades associações e grupos informais. As cooperativas se constituem a melhor opção para realização de atividades econômicas e desenvolvimento do papel político, dentro dos territórios para a defesa da Agricultura Familiar. Porém, isoladamente as cooperativas apresentam limitações sendo fundamental a articulação em redes.

As redes possuem a potencialidade de ajudar a base social no fomento ou reconstrução dos arranjos produtivos vinculados a Agricultura Familiar. No contexto atual vive-se a crise de alguns sistemas produtivos que eram considerados prioritários para a sustentabilidade produtiva deste segmento, sendo fundamental a realização de debates das redes territoriais para construção dinâmica e criativa de novas iniciativas produtivas, alternativas que permitam a Agricultura Familiar sua dinamicidade produtiva e seu cuidado com o meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável (UNICAFES, 2017).

A organização local com articulação em redes territoriais pode ser considerada um dos grandes diferenciais organizativos do Sistema UNICAFES. Na construção das redes de cooperativas a UNICAFES (2017) afirma que é essencial compreender bem que o espaço do território para organizar as cooperativas locais e as estratégias de desenvolvimento. Em seu V Congresso Nacional realizado em 2017 a organização reafirmou em seu Documento Base artigos normativos com objetivo de orientar a interação das cooperativas com os territórios, fortalecendo a importância das centrais, das bases de serviços, nas dinâmicas territoriais, da construção de projetos de desenvolvimento integrados para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, ampliando a interlocução entre as organizações e os representantes públicos.

## Resultados e desafios das redes UNICAFES

Neste ensaio foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a teoria de redes e sobre a forma como o Sistema UNICAFES concebe as redes de cooperação, com seqüente sistematização de dados do PECSOL (Programa de Educação do Cooperativismo Solidário) que possibilitam verificar a conexão com a TAR. Durante a realização do ensaio também se realizaram debates com diretores da UNICAFES que coordenam redes de cooperativas agropecuárias nos diversos Estados do Brasil. Esse processo propiciou a sistematização da teoria e dos dados sobre este modelo organizativo.

Conforme dados do MDA (2016) no Brasil 30% das cooperativas da Agricultura se encontram organizadas em redes territoriais. O maior percentual destas redes se encontra no ramo agropecuário, setor no qual se concentra este ensaio e teórico. O cooperativismo agropecuário conta com mais de 1560 cooperativas registradas, com mais de 1 milhão de associados ativos, que geram mais de 48% da participação total da produção agropecuária nacional, agregando 21% da capacidade de armazenagem produtiva e logística do País, principalmente na produção de cereais (MDA, 2016).

Atualmente a UNICAFES desenvolve um trabalho para ampliação das suas redes, buscando potencializar seus pontos fortes com a união entre cooperativas dos diversos territórios do Brasil principalmente no ramo agropecuário, viabilizando a construção de plantas agroindustriais e qualificação da estratégia comercial. Esse trabalho é realizado com mais abrangência em 20 Estados do Brasil, conforme se destaca:

**Tabela 1.** Redes/Centrais de Cooperativas do Sistema UNICAFES

	<b>Estados</b>	<b>Redes</b>
1	Rio Grande do Sul	CECAF - Constituída em estruturação de armazenamento e logística. UNICENTRAL - Constituída em estruturação agroindustrial. AGRICOOOP - Constituída em estruturação social e comercial. UNICOOPER - Constituída em estruturação agroindustrial.
2	Santa Catarina	Central Sabor Colonial - Constituída em estruturação agroindustrial. Central Fronteira Oeste - Constituída em fase de estruturação logística. ECOSERRA Central - Constituída em fase de consolidação. COOPERCAFES - Constituída em fase de revisão da abrangência. Central do Contestado - Constituída em fase de revisão do formato. COOPERFAVI - Constituída em fase de reestruturação social.
3	Paraná	COOPASOL - Constituída em fase de reestruturação organizacional. COOPAFI - Constituída em fase expansão no mercado institucional. SISCLAF - Constituída em fase de reestruturação agroindustrial. COOPISUCOS - Reorganização das cooperativas e rede em construção. COORLAF - Constituída e em fase de revisão organizacional. SISCOPLAF - Constituída em fase de expansão agroindustrial. RECICLA - Rede de reciclagem em fase de constituição formal. BP3 - Em fase de construção e articulação com Binacional Itaipu.
4	Espírito Santo	Federação de Cooperativas Constituída formalmente, em registro.
5	Rio de Janeiro	Rede de Cooperativas Solidárias - Reorganização das cooperativas.
6	Minas Gerais	Rede de Mel e Polpas Minas Sul - Reorganização das cooperativas. Central Zona da Mata - Cooperativas articuladas e rede em construção. Rede Gênero - Constituída informalmente. Rede Empório do Sertão - Em fase de constituição.
7	Mato Grosso do Sul	Federação de Cooperativas - Reorganização das cooperativas.
8	Mato Grosso	Central da Baixada Cuiabana - Constituída formalmente.
9	Goiás	CECAF - Reorganização da Central e constituição da Federação.
10	Tocantins	Rede Tocantins Reorganização das cooperativas e rede em construção.
11	Rondônia	Rede Solidária - Reorganização das cooperativas e rede em construção.
12	Amazonas	Rede Amazonas - Constituída formalmente, em registro.

continua >

	<b>Estados</b>	<b>Redes</b>
13	Pará	FECAFES - Constituída em fase de reestruturação.
14	Bahia	Frutos da Caatinga - Constituída formalmente. Vida Sustentável - Constituída formalmente. Arco Sertão - Constituída formalmente. Produtora de Mulheres – Constituída informalmente. Mata Atlântica - Constituída formalmente.
15	Alagoas	Coopercentral - Constituída formalmente
16	Pernambuco	COOPAVIL: Em construção junto as cooperativas locais.
17	Sergipe	CICES - Constituída informalmente.
18	Maranhão	CCAMA – Constituída em fase de reestruturação.
19	Rio Grande Norte	COOAFARN - Constituída em fase de acesso a CECAFES.
20	Ceará	Rede Solidária – Reorganização das cooperativas e rede em construção.

Fonte: UNICAFES, 2016.

Grande percentual das redes constituídas no Sistema UNICAFES se encontra na região Sul. Esse fato pode ser explicado pelo maior potencial organizativo e econômico da região, critério que orienta as cooperativas para maior organização de redes territoriais para viabilizar plantas agroindustriais e acesso ao mercado, assim como unificação de sistemas de gestão, logística e comercialização. Nas demais regiões as cooperativas encontram-se em fase de fomento as ações de organização local, sendo necessária construção de projetos de desenvolvimento que orienta a articulação que extrapolem as ações locais.

Diante do reconhecimento do papel das redes no fortalecimento das relações internas, sejam elas de caráter econômico ou de fortalecimento das identidades a UNICAFES orienta o fortalecimento da atuação de suas filiadas em redes de cooperação solidária, sejam elas de caráter temático-setorial, de caráter territorial, estadual e/ou nacional; bem como a ampliação de iniciativas que fortaleçam a organização de redes.

Atualmente grande parcela das cooperativas agropecuárias se reúne em rede para ampliar sua capacidade de agroindustrialização. No entanto, estas redes não se fortalecem devido a dificuldade estrutural presente nas cooperativas, aos desafios exercidos no papel de inclusão produtiva, mas principalmente por não conseguir qualificar a construção das redes intra e supra cooperativas. As dificuldades de tecer a trama e paralelamente viver na rede limitam a força deste modelo organizativo, sendo necessário construir estratégias para fortalecer as ações desenvolvidas por estas iniciativas (ACIOLI, 2007).

No último congresso da UNICAFES nacional realizado em 2017, os diretores presentes destacaram a necessidade de inovar nas formas de organização territorial, buscando ampliar a construção de tecnologias sociais que permitam maior viabilidade estrutural as redes constituídas, priorizando a reconstrução de formatos institucionais que garantam maior diversificação com foco na consolidação destas redes.

A UNICAFES tem como princípio e diferencial organizativo, a constituição de cooperativas locais articuladas em redes e ou centrais territoriais. Essa orientação é presente em todos os documentos institucionais, estatutos e regimentos internos. As ações formativas realizadas pela organização são orientadas pela organização local, ancoradas em relações de proximidade e fortalecidas pela articulação em redes territoriais. Conforme a UNICAFES (2017) atualmente 38% das cooperativas pertencentes a este Sistema são articuladas em redes. Representantes destas redes foram convidados para uma entrevista presencial sobre as redes e a participação dos actantes na sua estratégia organizativa, gerando o seguinte resultado:

**Tabela 2.** Redes/Centrais de Cooperativas do Sistema UNICAFES

<b>Questões direcionadas às redes</b>	<b>Sim</b>
1. Sua rede realiza diagnóstico para verificar a influência dos atores externos na rede?	72%
2. Sua rede percebe a influência dos atores não humanos sobre a organização e negócios da rede?	41%
3. Sua rede considera os atores não humanos importantes para o desenvolvimento das cooperativas?	37%
4. Sua rede possui indicadores para medir a participação dos actantes humanos nas ações da rede?	52%
5. Sua rede realiza ações de intercooperação com atores não pertencentes à rede interna?	34%

Fonte: Pesquisa, 2017.

Estas questões foram aplicadas através de entrevistas a 30 diretores de redes de cooperativas do Sistema UNICAFES, participantes de um Encontro Nacional sobre Redes de Cooperação. Com a sistematização das respostas, verifica-se que as lideranças possuem pouco conhecimento sobre a TAR e concentram maior valorização para a relação com os atores humanos, com defesa da autonomia humana sobre os atores não humanos. Quanto ao modelo de participação dos atores – actantes se destacou a necessidade de desenvolvimento de mecanismos sobre governança, norteando a forma de utilização dos sistemas de gestão, qualificando a participação dos associados e diretores nos processos de deliberação.

Verifica-se que grande percentual dos participantes afirma que o fortalecimento organizativo do cooperativismo solidário passa pela consolidação das redes de

cooperação, com fomento à práticas e iniciativas de autogestão, de integração de setores com estruturação de complexos de produção, comercialização e consumo que tornam possíveis ajuda, intercooperação, aprendizado mútuo entre os empreendimentos econômicos solidários, em paralelo verifica-se baixa valorização dos actantes não humanos.

Também se verifica que as redes valorizam de maneira expressiva a participação dos atores, mas possuem dificuldades em monitorar os actantes, os nós ativos, os nós focais e os nós isolados, fato verificado nas dificuldades de comunicação e informação nas redes, dado que ajuda a justificar o baixo índice de participação ativa nas redes. No entanto, numa análise geral verifica-se que estas redes possuem condições de qualificar a sua teoria sobre redes, pois em todas as participantes são realizadas ações permanentes de interação e formação social, fato que propicia a reconstrução das estratégias organizativas.

As redes de cooperação são parte da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, democrático, includente e socialmente justo, sendo fundamental que a UNICAFES aprofunde suas estratégias de fomento a articulação em redes com implantação a realização de ações contínuas de educação, formação e pesquisa para consolidação destes empreendimentos. As redes de cooperação solidária têm a missão de fortalecer a promoção do desenvolvimento territorial e sustentável com ênfase na organização social e econômica, qualificar a compreensão da TAR pode ser oportuno para construção de inovações sociais e organizativas para a Agricultura Familiar.

## Considerações finais

O cooperativismo é um sistema de ajuda mutua entre classes que possuem interesses comuns e cooperam a partir de princípios universais. A formação de redes e a intercooperação é dos princípios que pode agregar forças para o sistema. Trabalhando juntas as cooperativas se fortalecem com a possibilidade de ganhos em escala, qualificação profissional, padronização de processos e logística de mercados. Esse princípio surgiu em 1844 junto com a primeira cooperativa e se manteve como fundamento doutrinal do movimento até os dias atuais. Diante dos desafios presentes na atualidade a renovação na forma de conceber e organizar redes é uma necessidade para a maior consolidação deste Sistema organizativo.

Entre as principais barreiras e desafios que impendem maior intercooperação entre as cooperativas estão às diferenças culturais, o medo da perda de autonomia, a vaidade pessoal e institucional, a falta de confiança, a competição entre organizações e as diferenças no modo de gestores avaliarem e agirem com

a intercooperação. Apesar das cooperativas terem na sua essência o princípio de cooperar, o individualismo e o oportunismo ainda está presente, principalmente nas centrais onde as cooperativas apenas cooperam em momentos vantajosos para si ou em momentos que a cooperativa está muito frágil economicamente. A consciência de rede e a compreensão dos actantes é um ponto a ser qualificado.

Na fase atual das redes é importante refletir sobre a concepção de cooperativismo que se quer construir. Para muitas pessoas a resolução dos problemas está na tecnologia e no controle centralizado das redes, mas quem produz resultado na cooperativa são os sócios e não o Sistema. O sócio consciente é mais importante que os resultados, sendo preciso colocar o peso adequado nas responsabilidades da financeira, comercial e social. Quando verifica-se a contribuição das teorias de redes para a intercooperação e mais especificamente a contribuição da TAR, verifica-se que este segmento pode ampliar seu potencial organizativo se qualificar a sua compreensão sobre a teia que liga os atores humanos e não humanos da rede. A dificuldade de compreensão da teia e dos nós que compõem a rede poderá se superada se as cooperativas construírem novos métodos de interlocução com os “actantes”, recomendando-se novas investigações sobre teorias de redes e análise sobre indicadores que possam potencializar as redes territoriais da Agricultura Familiar.

Os desafios e oportunidades nas redes de cooperativas necessita ser construído e tecido em rede. A Teoria Ator-Rede pode ser um método importante para qualificação das estratégias de comunicação, formação e participação nas redes. As lideranças actantes, precisam ser protagonistas na forma de pensar a governança e a organização local e territorial. Avançar na construção de inovações sobre as redes, utilizando das teorias já existentes é fundamental para promoção da sustentabilidade da Agricultura Familiar Cooperativada.

## Referências

- ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. *Informação e Informação*, Londrina, v. 12, n. esp., 2007.
- BARNES, J. A. Class and committees in a norwegian island parish. *Human Relations*, v.7, p.39-58. 1954.
- BIALOSKORSKI, S. *Aspectos Econômicos das Cooperativas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- BRAGA, M. J. Redes, alianças estratégicas e intercooperação: O caso da cadeia produtiva da carne bovina. *Revista Brasileira de Zootecnia*, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbz/v39ssppe/>>. Acesso em 13 de ju. de 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. *Avanços e potencialidades da Agricultura Familiar*. Brasília: MDA, 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei n.º 5.764*, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 06 ago. 2017.

CÂNDIDO, G. A. *A formação de redes Inter organizacionais como mecanismo para geração de vantagem competitiva e para promoção do desenvolvimento regional*. São Paulo: READ, 2002.

CARVALHO, A. D. *Cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global*. São Paulo: Baraúna, 2011.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78 (6) 1361-1380, 1973.

LATOUR, B. *Actor-network theory and after*. Oxford: Blakcwell Publishers, 1999.

\_\_\_\_\_. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2004.

MANCE, E. A. *Redes de Colaboração Solidária*. Petrópolis: Vozes, 2002.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, M. A. C. As redes geográficas sob a ótica analítica de iossec. In: *Revista do Departamento de Geografia - UERJ*. Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, M. Por uma geografia das redes. In: *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. 3º Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, C. A. F. Corporação e rede na fronteira agrícola capitalista. In: *Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói: UFF/AGB, 2002.

SINGER, P. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

UNICAFES - União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. *Documento Base IV Congresso*, Brasília. 2014. Disponível: <<http://unicafes.org.br>>. Acesso em: 15 Set. 2017.

\_\_\_\_\_. *Modelo de Desenvolvimento do Cooperativismo Solidário*. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. *Modelo de Inclusão do Cooperativismo Solidário*. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. *Documento Base V Congresso*, Brasília. 2017. Disponível: <<http://unicafes.org.br>>. Acesso em: 18 Set. 2017.

VERSCHOORE F. J. *Redes de cooperação: concepções teóricas e verificações empíricas*. Porto Alegre: FEE, 2004.

ZANCO, A. M. Gestão do conhecimento nas cooperativas. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC RGC – Santa Maria, RS*, v.3, n.5, jan./jun. 2016. Disponível: <<https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/21403/pdf>>.

\_\_\_\_\_. *A contribuição do PECSOL para aprendizagem dos diretores como multiplicadores do conhecimento*. Francisco Beltrão, 2016. Disponível: < <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3033/5/Alcidir%20M.%20Zanco2017.pdf>>.